

Tendências atuais da psicologia social

ELIEZER SCHNEIDER

Destaca-se neste artigo o crescente interesse de grande número de psicólogos sociais pelos eventos e problemas globais e macrossociais do comportamento humano, considerados no contexto socio-histórico-cultural, portanto, além da microabordagem laboratorial e analítica de características de indivíduos em situações-estímulo sociais. Relevam-se também a importância e inerência do pensamento psicológico na compreensão e explicação das mudanças e constância, variações e uniformizações de indivíduos, grupos e povos, no tempo e espaço humanos, pensamento explícito e implícito na obra de historiadores, filósofos, sociólogos, economistas e literatos. Não é a subestimação dos estudos experimentais que se apontam, mas, sim, a aplicação dos mesmos para as observações de campo, diretas e historicossociais, bem como o emprego maior e melhor dos critérios comparativos culturais e históricos extra-experimentais. A abordagem laboratorial foi e continua a ser reconhecida e preconizada como nuclear, mas não como exclusiva ou prioritária, mesmo porque os temas levados para o laboratório e o sofisticado controle de variáveis devidamente isoladas resultavam da influência poderosa dos problemas humanos do dia, históricos pois, nos seus múltiplos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. São mencionadas algumas interpretações psicológicas da história, destacando-se mais recentemente o emprego dos conceitos de *clima social*, da motivação de realização no plano do desenvolvimento econômico e da motivação do poder no plano político-econômico, bem como do princípio do reforço e de seu correlato *Homo Economicus*, conjugando e unindo o pensamento psicológico e o político-econômico no mesmo esboço interpretativo.

Parece que algumas tendências novas se delineiam, sem assumir, entretanto, o predomínio com que chegaram a caracterizar fases anteriores, temas como instinto, atitudes sociais, socialização, dinâmica de grupo, etc. A influência e a valorização sociais da ciência, nos dois últimos séculos, acentuaram-se tanto com os sucessos obtidos nos estudos naturais e suas aplicações técnicas que, após os primeiros grandes êxitos alcançados no campo das disciplinas biológicas, mormente da neurofisiologia, iniciaram-se as tentativas de implantação também de uma psicologia científica, independente de seu passado filosófico. Não seria, pois, a evolução da ciência e as perspectivas cognoscitivas decorrentes, que determinariam, de modo relevante, a abertura de uma nova frente de pesquisa científica. Tais valores intelectuais seriam acionados e aproveitados socialmente, depois das novas modalidades de poder, segurança, conforto, conveniências diversas e inúmeras utilidades passarem a ser proporcionadas pelo progresso teórico e prático da ciência. A importância de suas aplicações e a aceitação e admiração que despertavam em todas as camadas sociais, tornaram-se poderosas forças de pressão no mundo industrial e acadêmico, prestigiando publicamente o laboratório, o experi-

mento e o cientista. Os temas predominantes acima relacionados revelavam influências e interesses sociais também predominantes nas respectivas épocas. Aponta-se como uma das tendências atuais o estudo e o reconhecimento das grandes influências do tempo na pesquisa científica social. Não é a predominante, como não parecem ser nenhuma das outras tendências atuais mais marcantes, mas reflete um sociotropismo crescente que aproxima a psicologia social dos estudos históricossociais dos quais sempre foi parte explícita ou implícita.

O pensamento social, por certo, com toda a sua autonomia e caracterização *sui generis*, não é simplesmente possível com a exclusão de conceitos psicológicos. Assim, parece merecer a qualificação de altamente significativa, a constância no pensamento social, político, econômico e ético, da antiguidade aos dias de hoje, do recurso direto ou indireto a princípios explanatórios psicológicos. Os problemas humanos coletivos, grupais e individuais pediam soluções que não ignoravam nem podiam ignorar a sensibilidade e as reações humanas. A era da ciência e da tecnologia não eliminou esta natural tendência filosófica à especulação em torno do comportamento social humano. Mas, impôs também que esta área do saber e da experiência fosse estudada experimentalmente, ou seja, cientificamente. Após o relativo êxito de uma psicologia científica dos fenômenos sensoriais, motrizes, perceptivos, cognitivos e afetivos, possibilitados pelo progresso laboratorial da psicofísica e da neurofisiologia, esboçaram-se várias tentativas de experimentação de idéias e doutrinas filosóficas, políticas e sociológicas. Numa era em que se valorizava cada vez mais, na filosofia político-econômica, a concorrência e eficiência tão decisivas comercialmente, graças à maior e melhor produtividade que dependia tanto da capacidade humana de aprender e desempenhar com rapidez e precisão, competindo e cooperando, era natural que se incrementasse na escola o antigo culto da capacidade física e mental dos indivíduos tão ao gosto do *Homo sapiens faber*. Temas da psicologia geral e diferencial, como o da rapidez e eficiência, passaram então a ser prioritários também na psicologia social.

Rapidez e precisão sob a influência de estímulos sociais diversos, foram os principais objetos de estudo do pioneirismo experimentalista das duas primeiras décadas da psicologia social deste século na Alemanha e nos EUA.

Tensões sociais e étnicas não podiam deixar de influir também na concentração do interesse pela pesquisa de atitudes, preconceitos e estereótipos raciais e sociais que dominaram o cenário científico da psicologia social na segunda, terceira e quarta décadas deste século. Compreende-se, ainda, o interesse pelo estudo experimental da liderança, coesão e dinâmica grupais nas décadas de 30, 40 e 50 diante do impacto histórico das lideranças políticas carismáticas. Martin L. Hoffman (7) observou que o interesse nacional estadunidense pelo talento científico e pela aprendizagem científica precoce e acelerada teria sido aumentado pelas realizações astronáuticas soviéticas, ao lançar-se o *sputnik* no espaço. Neste sentido, afirma, a psicologia do desenvolvimento foi dominada pela abordagem cognitiva e pelo interesse, aduz-se, pelo desenvolvimento da inteligência. Continuando, argumentou Hoffman que foi provavelmente mais por coincidência que o ativismo estudantil dos anos 60,

o aumento da taxa de criminalidade e os eventos amplamente difundidos do Watergate e do assassinato público de Kitty Genovese tiveram seus paralelos na intensificação da pesquisa em torno da internalização das normas morais, tópico de interesse duradouro, e na emergência de novas áreas de estudo tais como a empatia, a tomada de papel, o altruísmo e o impacto nas crianças da violência na televisão. O movimento feminista, assegura, contribuiu para a renovação do interesse pelo estudo do desenvolvimento do papel sexual e as pesquisas mais recentes sobre a equidade e outras formas de justiça distributiva, refletiriam, em parte, a sensibilidade às crescentes exigências das populações e nações pobres para maior repartição dos recursos da terra.

O imenso desenvolvimento da ciência e da pesquisa, da proliferação de informações por meio da explosão bibliográfica, radiofônica, cinematográfica e, com destaque, de televisores e programas de notícias e instrução, da fantástica sofisticação dos computadores, da informática, da cibernética e da tecnologia da comunicação, enfim, certamente vêm aumentando o antigo deslumbramento do homem pela própria inteligência, influenciando não só no estudo do diagnóstico precoce e no aproveitamento dos talentos, mas também na já chamada revolução cognitivista, que muito repercutiu na psicologia social com as teorias e pesquisas cognitivas do balanceamento (equilíbrio, *balance*) e da congruência e dissonância-consonância. O autodeslumbramento do homem inteligente pela inteligência humana, parece, porém, ter contaminado a teorização cognitivista ao antagonizar o princípio do reforçamento. Aparentemente, as origens fisiológicas, primárias, reflexológicas, mecanicistas, hedonísticas, vegetativas e animais da crença de que o prazer, ou a redução de tensões orgânicas, ou o alívio da dor — experiências de ordem inferior — seriam desfechos decisivos no processo da aprendizagem, repugnam ao homem deslumbrado com os fatores cognitivos da aprendizagem. Livrando-se, no entanto, de preconceitos tais, poder-se-á compreender que sendo a curiosidade motivante, sua satisfação é reforçante, bem como o *insight* e a descoberta de ordem superior e complexa após longas meditações e experimentações intercaladas de hipóteses não-comprovadas, frustrações e acúmulo de tensões instigadoras, que envolvem o trabalho científico e artístico, criador ou enriquecedor, de desenvolvimento ou aperfeiçoamento, compilação ou divulgação, etc. A verificação experimental e sofisticada de determinantes cognitivos privilegiados no processo da aprendizagem complexa, eleva ou altera mas não dispensa a circularidade motivação-reforçamento. Assim, Bandura encontra o reforçamento no comportamento observante e na modelação, e Thibault e Kelly, partindo da teoria de campo, chegam à concepção da troca, essencialmente reforçamentista.

Acompanhando a tendência sociocultural que se acentua, de se reconhecer a influência do “espírito da época” (*zeitgeist* germânico), que certamente cresceu com o aumento do poder de influência dos meios de comunicação modernos, não só nos temas da pesquisa laboratorial, mas também nas posições teóricas mais em voga, reconhecemos o estreito paralelismo entre a importância da ciência e inteligência humanas na sociedade moderna e da revolução cognitivista na

psicologia social contemporânea. O encantamento diante de termos como *brain trust*, *brain drainage*, sofisticação, especialização, erudição, etc., é difuso e também reflete o tempo e a dependência crescente, de que se tem consciência do poder das autoridades em *know-how*, da competência e do talento, etc. Compreende-se também a internacionalização de atualíssimas expressões inglesas, tipicamente meritocráticas, a popularidade da sigla QI, na história corrente, e as perspectivas cognitivistas encontradas no estudo do desenvolvimento infantil, no prestígio da epistemologia genética e na fecundidade da teoria da dissonância cognitiva, muito retificadas e revistas, mas de grande valor heurístico, além de extraordinariamente férteis e renovadoras da psicologia social e do desenvolvimento. Esta mesma revolução fecunda frutificou na multiplicação de pesquisas e descobertas (quantos reforçamentos!) no campo da psicologia experimental da aprendizagem, inclusive de orientação S-R no estudo do comportamento humano complexo, conforme o didático relato de Staats & Staats (18). O reconhecimento da relevância dos processos cognitivos na determinação da aprendizagem simples e complexa, não implica, porém, uma emergência misteriosa de propriedades, atividades de pensamentos desprovidos da condição e necessidades básicas adaptativas, biopsíquicas, que envolvem variedades antecedentes motivacionais ou simplesmente estimuladoras (externas e internas) e variáveis conseqüentes recompensadoras ou reforçantes.

As investigações e interpretações teóricas de Kurt Lewin e equipe na Universidade de Iowa e de Dollard, Doob, Miller, Mowrer e Sears na Universidade de Yale, sobre a agressividade, prosseguiram culminando com os estudos experimentais de Milgram, todos influenciados pelos impactos sociopolítico-econômicos da I Guerra Mundial, da radicalização política da violência que se seguiu até a II Guerra Mundial e os impactos conseqüentes que persistem, agravados pelos surtos terroristas sempre amplamente divulgados, pelo aumento da criminalidade e violência em todos os países e pelos problemas morais e jurídicos provocados pelas alegações de disciplina, como justificativa dos crimes de guerra que voltaram a se tornar questões públicas, após os processos de Nurembergue, com o My Lai. O estudo da agressão humana despertou também muita especulação teórica, multiplicando a literatura da matéria sob a inspiração das teses de Freud e Lorenz e de seus críticos. Quer no capítulo dos motivos sociais, quer no capítulo dos fundamentos psicobiológicos do comportamento social, quer no capítulo do desvio e do comportamento coletivo, quer como capítulo à parte, a *agressão* passou a integrar textos didáticos de psicologia social e a ser objeto de pesquisas experimentais sistemáticas, com o amplo uso de colaboradores (cúmplices) — atores e o ludibrio necessário (embora discutível eticamente) dos sujeitos experimentandos.

Além da influência na proposição de temas prioritários para a pesquisa e a explicação, constata-se também a influência no sentido do estudo, influência que seria inviável diante das exigências e restrições metodológicas da abordagem laboratorial. Em obra recente, de ampla cobertura teórica, Thibault, Spence & Carson

(1976) psicólogos com tradição experimental, observaram na Introdução que o uso do experimento laboratorial nunca teve exclusividade e apoio total, assinalando fortes sinais de um movimento de afastamento do laboratório e em direção da observação naturalística e experimentação de campo como métodos da pesquisa. Não se trata, porém, de um movimento contrário a abordagem experimental e sim de alargamento e renovação da disciplina básica das ciências sociais, vinculando-as com mais segurança com as disciplinas psicológicas: por meio da psicologia social à psicologia da aprendizagem, da percepção, da personalidade, do desenvolvimento e do pensamento, mas cumprindo a psicologia social a sua principal missão, ou, como afirmam Thibault, Spence & Carson, sua promessa final — a de se tornar a ciência social fundamental — já que é a ciência que examina mais diretamente os processos sociais básicos, na interseção entre indivíduos e suas relações interdependentes. Com esta posição microsocial *Contemporary topics in Social psychology* de Thibault, Spence & Carson (1976) afastam-se do tradicional laboratório eletromecanizado, mas não exatamente do controle experimental e da medida.

A rigor, foram Lewin, Lippitt e White com suas pesquisas sobre *clima social* empregando *atores-pesquisadores*, que ampliaram as possibilidades do estudo experimental de campo. Sheriff muito contribuiu também com seus famosos grupos de *bull dogs* e *red devils* em situações realísticas de *camping* e, nesta fase iniciadora, com grande destaque, foi decisiva a influência da imaginação científica de S. Asch com seus trabalhos experimentais não-laboratoriais sobre a impressão de pessoas e a coerência *fechamento* entre opinião e autoria. Com o brilhante emprego de escalas de avaliação, questionários e entrevistas, enriqueceu-se tanto a área da pesquisa científica de nível molar e sociocultural, que seria impossível uma síntese de toda a produção que se multiplicou e se popularizou após o trabalho pioneiro de Bogardus e sua escala de distância social, aperfeiçoada e sofisticada tanto quanto os inquéritos de opinião pública. Também floresceu a tradição laboratorial marcada pelas investigações sistemáticas de Walter Moede e Floyd Allport, fortemente superada pela tendência que assinalamos, não para fazer crônica histórica, mas para destacar a crescente tendência de aproximação e integração da psicologia social com as demais ciências sociais.

Esta aproximação sociotrópica tem envolvido vários psicólogos sociais na observação direta histórico-cultural, independentemente da instrumentalização psicométrica acima referida. É, porém a combinação engenhosa da metodologia experimental, psicométrica, estatística e de campo, o que vem prevalecendo. Pesquisas não-laboratoriais, mas controladas e quantificadas, são prioritárias nas grandes revistas especializadas como o *The Journal of Social Psychology* e o *Journal of Personality and Social Psychology*, cujas páginas estão ocupadas por estudos naturalísticos micro e macrosociais, com amplo emprego de entrevistas, escalas de avaliação, observação participante e problemas sociopolíticos atuais, embora nem sempre relevantes ou novos. Assim, Dalbeko, no *The Journal of Social Psychology* (1976), tentou testar a hipótese de que o Governo federal é o principal determi-

nante dos padrões pelos quais os cidadãos avaliam a política oficial em matéria de caráter público. Outro pesquisador, Bishop (3), no mesmo número, investiga a correlação entre a crença na boa-fé e fidedignidade da maioria das pessoas e nos políticos, assim como a correlação oposta e correlações paralelas, todas sob a inspiração filosófico-social e política do interessante título: "Ideologia da natureza humana e ideologia do poder democrático".

Além do sociotropismo sociológico e político, parece acentuar-se também um sociotropismo aplicado, social e econômico. É o que indica a seleção de temas sobre mudanças e interação, em grupos pequenos, no *Annual Review of Psychology* de 1976, e, também como temas de psicologia social, a seleção de coberturas sobre suas aplicações como os "Effects of mass media", "Personnel attitudes and motivation", "Organization development", "Personality and social development" e "Social and community intervention" (2). Considerando que os editores do *Annual Review of Psychology* escolhem como tópicos anuais aqueles que mereceram maior número de estudos publicados, ou que interessaram ao maior número de estudiosos e profissionais, cabe a interpretação psichistórica do processamento de uma tendência sociotrópica e prática, enfrentando a psicologia social de hoje os problemas humanos pequenos e grandes, particulares e coletivos. Na escolha do título desta resenha, a própria expressão *tendências atuais* já reflete a influência de mudanças político-econômicas amplas e marcantes e socioculturais, ou seja, históricas, numa ciência social experimentalmente acadêmica, mas não alienada. No entanto, é também uma tendência histórica persistente a valorização da abordagem experimental psicológica, continuando as correntes de opinião em divergência a se firmarem obstinadamente. A ênfase no modelo experimental de máximo controle das variáveis (laboratório), parece transparecer da posição científica rigorosa de Shaw & Constanzo, que subscrevem a definição da psicologia social como o estudo científico do comportamento individual em função de estímulos sociais. Apontaríamos nesta orientação um viés psicotropístico que, é de se supor, manteria a psicologia social afastada e inadequadamente comunicável com as ciências sociais.

Daryl J. Bem, apresentando a obra recente de Wrightsman (21), valoriza a renovação dos temas prioritários da psicologia social exatamente pela ampla moldura sociológica com que passaram a ser vistos por vários autores da década de 70. De um lado, a ênfase laboratorial na formulação de miniteorias derivadas experimentalmente, e Bem, o pesquisador, reagindo contra a aridez e limitação de tantos experimentos sofisticados e quantificados que, acentue-se alcançam o melhor padrão metodológico e técnico mas não conseguem ir muito além do laboratório, isto é, chegar aos grandes problemas sociais e humanos com novas perspectivas teóricas e proposições práticas. Historicamente também, se reconhece a propriedade da velha tese da necessidade teórica e da utilidade prática eventual da pesquisa pura e desinteressada, mormente no domínio das ciências abstratas. Escorados nesta tese, os cientistas *tough-minded*, da famosa classificação de W. James, repeliam o interesse prático e aplicado antes da consolidação teórica. Compreende-

se que esta prudência tenha prevalecido na história moderna das ciências físico-químicas e biológicas. Registra a história da psicologia científica a mesma atitude dos seus grandes fundadores aos numerosos continuadores contemporâneos, tornando ainda bem atual a classificação de W. James entre os *tender-minded* e os *tough-minded*, num emprego talvez pioneiro de uma concepção psicológica de personalidade, para a interpretação das posições e orientação assumidas pelos homens de ciência, particularmente no campo da psicologia. Contudo, a psicologia social nasceu e cresceu em função de grandes e vitais problemas humanos que desafiavam a curiosidade intelectual e mobilizavam a ação e decisão das pessoas na tentativa de resolvê-los. Egoísmo, violência, luxúria, amor, solidariedade, gregarismo eram questões de todos os dias e de todos, preocupando a filosofia moral e social desde a antiguidade até os dias de hoje. A sugestibilidade e impulsividade das multidões foi questão social viva e dominante na história do século XIX, repercutindo na sociologia e em seus primeiros esboços de psicologia social. A eficiência em atividades motrizes que exigiam precisão e rapidez, impunha-se com a era industrial da produção em série e intensa e com a invasão dominadora de aparelhos e dispositivos mecânicos e elétricos na vida social moderna, influenciando as pesquisas em que a competição ou presença humanas passavam a ser variáveis sociais relevantes. Atritos étnicos e grupais e discriminações veladas ou ostensivas contra minorias raciais e religiosas, eram questões muitas vezes graves e envolventes, obviamente nas origens históricas dos estudos sobre atitudes sociais, preconceitos e estereótipos e estudos sistemáticos visando a mudança de atitudes e crenças. A formação e mudança de atitudes, como assuntos de pesquisa e avaliação, mais uma vez, não passaram a ser meras questões do passado recente da psicologia social porque a nova era da comunicação e da tecnologia e o concomitante uso e o grande abuso da propaganda e da publicidade estão modelando a civilização contemporânea, que se caracteriza também pela eficiente proliferação e multiplicação de informações, das mais banais ou dramáticas às mais eruditas e técnicas, tornando premente e prioritário o interesse científico do psicólogo social pelas opções e decisões no mundo das relações, inovações e influências humanas. A história antiga, clássica e moderna prova sobejamente que a psicologia social foi gerada e é forjada e municiada pelos problemas sociais humanos, diversos e importantes, que não justificam a alienação ou redoma em laboratório acadêmico segregado da história corrente. Enfim, as duas guerras mundiais, da primeira e segunda década deste século — seguidas por contínuas guerras menores em todo o mundo — e o aumento da taxa de criminalidade comum e política (terrorismo) influíram na temática da psicologia social não só por provocarem a curiosidade científica, mas por terem envolvido emocionalmente os cientistas do comportamento humano. Kurt Lewin, certamente influenciado pelo *clima* político mundial de idolatria dos chefes carismáticos das décadas de 20 a 40, foi bastante original e engenhoso ao conceber o *clima social* de grupos como resultantes dos estilos de liderança e ao planejar três estilos de liderança. Foi também criativo e inovador ao planificar e executar a *pesquisa-ação* com Lippitt e White. Mas, por

tudo que escreveram e ensinaram, foram sensibilizados e envolvidos emocionalmente diante das mistificações, mentiras oficiais e violências cometidas nas três décadas referidas — partes ativas que foram da época e de seu clima político. Sabe-se também que ao conceber a monografia *Além do princípio do prazer*, Freud estava impressionado com o assassinato dirigido e em massa da I Guerra Mundial como pessoa de interesse e empatia pela criatura humana, foi envolvido pela época, e como teórico e clínico da personalidade, foi movido para a busca de uma explicação, encontrando-a na especulação instintivista da polarização Eros versus Thanatos.

Os exemplos históricos tomariam tempo e espaço demasiados. Os já relacionados são suficientes, porém, para reforçarem o reconhecimento da origem dos grandes temas da psicologia social — dramas, tragédias e problemas humanos, universais e coletivos — perdurando muitos deles pelo tempo, e variando ou mudando muitos outros, mas sem se tornarem estranhos às origens e história. Diríamos, assim, que são novos e contemporâneos os aspectos mais característicos dos motivos sociais de realização, independência, sucesso e poder, mas não estranhos e totalmente independentes da história filogenética programadora das potencialidades e propriedades características do comportamento social realizador, ambicioso, independente e dominador do *Homo sapiens faber*, precedendo ou variando paralelamente ao *Homo habilis*, *australopithecus* ou não, centenas de milhares e milhões de anos, antes das civilizações neolíticas. Das doutrinas do *Homo economicus* e do instinto da laboriosidade, ou das raças superiores em inteligência e capacidade de trabalho, ao salto histórico dos conceitos de motivação de realização e do postulado das tendências inerciais (14), experimental e matematicamente elaboradas, mudou muito a sociedade humana, mas não a valorização da produtividade e operosidade, a depreciação e condenação da indolência, da preguiça, da ociosidade, do atraso, do desmazelo, da malandragem, etc. A própria contra-cultura *hippie* evoluiu do repúdio ao trabalho para a prática do artesanato e o comércio em feiras, atividades consumatório-reforçantes motivadas por dinamogênicas necessidades de ação e realização. A contestação pública e ostensiva na ociosidade e mendicância encontrou tanta reprovação social e provocou tantas frustrações e privações, que o protesto contra a suposta manipulação para o trabalho e o consumo se associou às pressões acima em um forte conjunto motivacional de produção e realização.

O *clima social* humano, em todas as épocas e, mais acentuadamente a partir do desenvolvimento da tecnologia moderna, instiga, incentiva e envolve o indivíduo desde muito cedo em ocupações e trabalhos culturalmente valorizados e preconizados. Atividades manuais recreativas e *deveres* para a casa, são chamados de exercícios ou trabalhos escolares já nas primeiras séries da escola de 1.º grau no Brasil e o *working hard* em inglês, refere-se apreciativamente à aplicação intensa nos estudos. Os membros das classes dominantes, cujo conforto e luxo dependiam da escravidão, servidão e exploração do trabalho industrial e comercial, não suportaram o vazio e o tédio do ócio e do repouso contínuo. Aprimoravam-se nas

armas, artes, letras, elegância, cerimônias e rituais, quando não dirigiam diretamente a produção e o comércio. Não há como desligar toda esta fenomenologia e história da atividade e produtividade humanas da noção moderna de motivação de realização. O *n Ach* (*need achievement*) proposto por H. A. Murray (11) é empregado às vezes com ambigüidade, sobretudo em face da amplitude de suas conotações que podem envolver componentes diversos explícitos e implícitos como os conceitos de operosidade, ambição de qualidade e quantidade, nível de aspiração, *capricho*, esmero, esforço, desejo de sucesso, independência, vontade de fazer segundo os melhores padrões de excelência, hábitos e motivos competitivos. Lembram Phares e Lamiell (13) numa excelente revista anual que a *realização* baixou de seu nível anterior de preeminência mas ainda continua uma área de interesse significativo, suscitando as mais variadas pesquisas conforme o demonstram. Interpreta-se, porém, o fato, recorrendo-se novamente ao *zeitgeist* e, realmente, ao espírito do tempo. Na sua concepção psicossociológica do *vírus* ou *impulso* de realização, destacava e empregava McClelland (9) o conceito de competição com que caracterizava as sociedades economicamente mais desenvolvidas e, portanto, mais realizadoras. A guerra fria, o desafio astronáutico do *sputnik* Vostok I e dos *milagres econômicos*, os desafios econômicos norte-americano, japonês, alemão, brasileiro, as metas desenvolvimentistas nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos e a corrida atômica belicista dominaram a atmosfera da comunicação e do planejamento social em quase todo o mundo, carregando-o de sentido competitivo nas décadas de 50 e 60. A segurança e paz mundiais e o anseio premente de pôr acordos e cooperação, parecem impregnar-se sobre a atmosfera da década de 70, com a conscientização crescente e mais difusa da grande interdependência dos povos. Os próprios empresários, em suas associações de classe ou nos compromissos com as multinacionais, combatem mais o domínio estatista e competem menos entre si por produtividade e mercado, interessados todos, geralmente, em preços altos e estáveis.

A concepção psicossocial do desenvolvimento econômico, elaborada por McClelland, sofreu várias críticas quanto à sua generalidade e simplificação do problema do desenvolvimento econômico na história. O simples aumento do número de realizadores, isto é, de indivíduos fortemente motivados para a realização pessoal, no seio de uma população, não seria fator determinante, sem líderes e planejadores capazes e eficientemente organizados e sem paz e segurança entre os governos vizinhos. Os fatores psicológicos do desenvolvimento dos povos estariam, pois, associados, não apenas a fatores socioculturais (como a ética do trabalho e enriquecimento) e técnico-econômicos, mas também a fatores políticos (incluindo a presença e a atuação de líderes capazes), a fatores educacionais diversos e religiosos, além dos apontados por Max Weber no calvinismo, consoante os dados e argumentos de Myron Weiner e seus colaboradores na obra *Modernização – a dinâmica do crescimento* (20). Observam alguns autores nesta mesma obra e numa rica literatura sobre a matéria, que a tese da condição prévia de mudança de valores, motivos e atitudes, como pré-requisito ou variável relevante do desenvol-

vimento econômico, não resiste a certos fatos. Economistas, retomando a posição de Adam Smith, lembram que o aumento de oportunidades e rendimentos sempre influenciou no sentido de maior operosidade e na elevação do nível de aspirações de campônios apáticos em condições desvantajosas. Lembram, também, muitos autores que chineses, hindus e ainda, árabes, italianos, espanhóis e portugueses conformados e sem maiores aspirações em suas terras, tornavam-se ativos empreendedores ao emigrarem, sempre que encontravam oportunidades de trabalho e iniciativas de rendimento provável. É o princípio psicológico do incentivo e do reforço, e não qualquer princípio distintamente econômico, o que economistas sustentam nos termos acima, e que se fundamentam em sólidos dados experimentais de motivação, aprendizagem e mudança de certas atitudes e crenças. O fator relevante seria a mudança de instituições e estruturas que promovam mais oportunidades e incentivos, o que significa dizer motivação e reforçamento. Evidentemente, processos de tão grande complexidade e variedade só podem ser funções de múltiplas variáveis, diversificando-se quanto à relevância em função de inúmeras circunstâncias e eventualidades.

Após tantas restrições e suposições adversas à sua monoexplicação, o próprio McClelland evoluiu para a descoberta de outras variáveis como a motivação de poder social ou de influenciar pessoas, ou ainda, em outros termos, a influência das personalidades empreendedoras, descritas muitas vezes sob uma verdadeira auréola do *super-man* empresário. Mas, se a simples multiplicação populacional de realizadores, isto é, personalidades motivadas para o trabalho e o enriquecimento persistente e criativo, não seria fator suficiente ou decisivo, embora bastante influente, muito menos o seria a simples ação dominadora, liderante e possessiva dos superempreendedores, o grande empresário, o fator *entrepreneurship* tão admirado por McClelland. É bem verdade, que ao se voltar para a perspectiva explanatória da motivação do poder, ampliava McClelland sua interpretação psicológica da história do desenvolvimento econômico na sociedade humana, para história política. Mas, com toda a originalidade de sua abordagem metodológica e visão teórica, também é verdade que apenas acrescentou novas pistas à perspectiva teórica já oferecida pelos estudos experimentais da liderança, sob o prisma psicossocial dos processos grupais. McClelland mostrou-se sensível ao passado, porém, muito mais ao presente da história, enfim, carregada com suas múltiplas ilustrações do culto, uso e abuso do poder, que ele menciona em seu amplo relato (10) de pesquisas empíricas e medidas que iniciou ao verificar que os indivíduos, altamente motivados para a realização, não eram sempre tão eficientes na liderança e influência sobre as pessoas, fatores estes decisivos na eficiência e realização de organizações, em geral, e empresas, em particular. O *n Power*, tão antigo quanto o *n Ach*, ambos constantes da famosa catalogação de motivos elaborada por Murray (11), começara a receber maiores atenções em estudos empíricos psicométricos na atual década de 70, enriquecendo-se com as contribuições de McClelland. Este fértil pesquisador confirmou com seus procedimentos psicométricos o que experimentalmente já havia sido investigado em torno dos tipos de

liderança. Realmente, o tipo caracterizado mais pelo *sPoder* (necessidade de poder pró-social, socializado) do que pelo *pPoder* (necessidade de poder pessoal, possessivo, dominador), tão bem diferenciado pela análise de McClelland, corresponde exatamente às antigas classificações do líder autocrático ou democrático, autoritário ou igualitário, objetivo ou afetivo, etc., que são importantes temas de estudos comuns da psicologia social, da personalidade, da motivação e da educação.

É conhecida a queixa de Th. Newcomb (12) de que duas psicologias sociais estavam florescendo no mesmo terreno (acadêmico), a psicológica e a sociológica. Jack Curtise (4), 10 anos após, contava quatro psicologias sociais: a psicológica, a sociológica, a antropológica e a psiquiátrica. Poder-se-ia acrescentar ainda a econômica e a política. Acreditamos, porém, que o mais digno de nota é a abertura sociológica preconizada por vários psicólogos sociais de formação psicológica, a começar por Kurt Lewin e Otto Klineberg, acentuando-se nas posições de Bem e Wrightsman (21) e nas proposições teóricas psicológicas, históricas e sociais de Skinner (16) e McClelland (9, 10). Conseqüentemente, avolumou-se também o reconhecimento da necessidade de abertura metodológica, possibilitada (historicamente) pelas iniciativas da *pesquisa-ação* (*action research*), da observação participante da tradição sociológica, dos estudos de campo da antropologia cultural e social, dos atores cúmplices – colaboradores – empregados sistematicamente após os primeiros experimentos de S. Asch sobre conformidade, de 1951, 1952, 1955 e 1956 (8, p. 507-29). Neste sentido, observaram Phares e Lamiell (13) que embora comprometidos com o método experimental, este foi faleabilizado em face dos apelos do progresso, chegando talvez o tempo para ampliarmos nossa tolerância para a diversidade e encorajarmos um maior pluralismo de métodos.

A combinação da abordagem experimental com a clínica e a naturalística direta e de campo, tem sido uma das opções preferidas para aproximar a psicologia social das situações da vida real. As publicações de estudos com este caráter, têm dominado o espaço e interesse dos periódicos especializados como o *The Journal of Social Psychology* e *Personality and Social Psychology*. Assim, o problema público da explosão demográfica e da densidade populacional urbana, do espaço pessoal e intrusão territorial, após os estudos experimentais indiretamente comparativos de Wynne-Edwards e Calhoun, analisado oportunamente por E. T. Hall (6), recebeu engenhosos tratamentos campos experimentais e clínicos como os de Langer e Saegert (1977) e os de Roger & Mjoli, Calsyn, Powell & Dabbs.¹ Langer e Saegert chegaram a demonstrar as vantagens ajustativas da informação e o conseqüente controle cognitivo das situações estressantes e frustrantes de aglomerações maiores em espaços limitados. Mesmo adaptando situações reais às condições artificiais do laboratório, sai e não volta o psicólogo social experimental da torre de marfim alienante.

¹ *J. of Soc. Psy.*, Oct., 1976.

Em uma importante mensagem apresentada à Associação Psicológica Americana, Skinner (17) volta à argumentação cerrada em defesa de sua crença nas reais possibilidades de uma sociedade governada sob um regime de reforçamentos positivos. Atribui à psicologia e demais ciências sociais esta grande missão, iniciando nova era para a humanidade — era de controle social não aversivo, de supressão dos sistemas punitivos de governos. Acredita Skinner que o controle predominantemente aversivo, adotado na história humana, sempre foi precário e ameaçador para a ordem social e seus controladores. Sua perspectiva é a de que o controle positivo pode prevalecer, não só porque seria o mais gratificante e uma fonte da felicidade sempre buscada e sonhada, mas porque será mais eficiente quando apropriadamente aplicado. Apesar de todas as distorções e caricaturas, críticas levianas e superficiais, assim como as *ondas* preconceituosas contra o espantinho behaviorista (o *straw man* especialmente fabricado para ser facilmente derrubado), Skinner continua a provar que encontrou na ciência psicológica, por meio da análise experimental do comportamento simples e suas aplicações ao comportamento complexo, fundamentos suficientes para o planejamento cultural que aproxime as pessoas e as tornem todas reforçadoras umas das outras. Ainda Skinner, com sua linguagem científica retoma a crença dos extraordinários pregadores e mentores das grandes religiões, os arautos do amor ao próximo, do “amai-vos uns aos outros”, do não façam aos outros o que é odioso para ti, da crença do paraíso ou na utopia, mas não no reino dos céus ou na fantasia da sociedade ideal e sim no meio social culturalmente programado para a formação de membros mutuamente reforçadores, isto é, cordiais, compreensivos e afetivos, não-punitivos e orientadores do ajustamento, conforme o modelo de comportamento dos conselheiros, psicoterapeutas e modificadores do comportamento, que nada têm de dominadores e manipuladores, conforme o estereótipo difuso. Pouco se fez neste sentido, embora o próprio Skinner seja, como pessoa, um autêntico modelo de reforçador social, respeitoso, cordial e pacífico no trato com os outros.

Compreende-se que críticos inteligentes e libertos de preconceitos doutrinários, continuem a considerar Skinner como utópico e até como ingênuo ao aplicar o princípio de reforçamento positivo (que demonstrou no laboratório como forma efetiva de controle) ao controle político da sociedade humana. São críticos, porém, que reconhecem e respeitam a coerência e a inteligência de Skinner. Estarrece, contudo, que um eminente psicólogo, criativo e brilhante como McClelland, confunda o determinismo ambientalista de Skinner com as crenças místicas na onipotência do poder sobrenatural (10, p. 20-1). Todavia, ambos expressam uma tendência atual brilhante, que é a da análise psicológica da história e do desenvolvimento de uma psicologia aplicada ao *controle positivo* ou *influência socializada* da sociedade humana.

Referências bibliográficas

1. *Annual Review of Psychology*, Palo Alto, California, 1976, v. 27.

2. *Annual Review of Psychology*, Palo Alto, California, 1977, v. 28.
3. Bishop, George F. Human nature ideology and democratic power ideology. *The Journal of Social Psychology*, Provincetown, Mass. USA, The Journal Press, 99 (1):307-8, 1976.
4. Curtise, Jack H. *Social psychology*. New York, McGraw-Hill, 1960.
5. Dalbeko, David D. Reference group theory, social comparison theory and the study of Politics. *The Journal of Social Psychology*, Provincetown, Mass., The Journal Press, 99 (1): 283-8, 1976.
6. Hall, Edward T. *A Dimensão oculta*. Trad. Sonia Coutinho, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
7. Hoffman, Martin L. Personality and social development. *Annual Review of Psychology*, Palo Alto, California, Annual Reviews, 28: 295-321, 1977.
8. Krech, Crutchfield & Ballachey. *Individual in society*. New York, McGraw-Hill, Tokyo. Kogakusha, 1962.
9. McClelland, David C. *The Achieving society*. New York, The Free Press, 1961.
10. ———. *Power – The inner experience*. New York, John Wiley, 1975.
11. Murray, H. A. *Exploration in Personality*. New York, Oxford University Press, 1938.
12. Newcomb, T. M. *Social psychology*. New York, Dryden, 1950.
13. Phares & Lamiell. Personality. *Annual Review of Psychology*, Palo Alto, Calif., Annual Reviews, 1977.
14. Revelle, William & Michaels, Edward Y. The Theory of achievement motivation revisited: the implication of inertial tendencies. *Psychological Review*, San Diego, Calif., Univ. of California American Psychological Association, 83 (5), Sept. 1976.
15. Rodrigues, Aroldo. *Psicologia social*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1973.
16. Skinner, B. F. *Beyond freedom and dignity*. New York, Editora da USP, 1973.
17. ———. Between freedom and despotism. *Psychology Today*, n. 4, 1977.
18. Staats & Staats. *Comportamento humano complexo*. São Paulo, Edit. da Univ. de São Paulo, 1973.
19. Thibault, Spence & Carson. *Contemporary topics in social psychology*. Morristown, N. J. General Learning Press, 1976.
20. Weiner, Myron. *Modernisation: the dynamics of growth*. Washington, D. C., Forum Editor, Voice of America, 1966.
21. Wrightsman, Lawrence S. *Social psychology in the seventies*. Monterey, Calif., Brooks/Cole, 1972.